

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Estado de São Paulo

Class.: 23

Data: 16 de agosto de 1981

Pg.: \_\_\_\_\_

### Carajás: solução nova de problemas antigos

**ELLEN B. GELD**

É bastante claro que o projeto de mineração que deverá fornecer ao Brasil, um dia, 14 bilhões de dólares de lucro em ferro, níquel, manganês e Deus sabe mais o que, está funcionando a pleno vapor. Isso é bom. É melhor que esse dinheiro seja gasto no desenvolvimento de nossos próprios recursos, um dos quais o projeto hidrelétrico de Tucuruí, do que nas usinas nucleares que talvez jamais devam ter sido iniciadas. É bom, também, o projeto de construção de uma estrada de ferro elétrica de São Luiz do Maranhão a Carajás.

A ferrovia e as estradas, que devem ser no mínimo transitáveis, servirão uma região quase completamente abandonada depois da primeira febre romântica da Transamazônica. Abandonada depois de já terem sido causados muitos danos. Tenho lido notícias sobre o local mas em geral escritas por indivíduos que têm noções um tanto vagas do significado real de agricultura e ecologia. Na semana passada, entretanto, alguém em quem confio no que diz respeito a credenciais agrícolas, fez uma viagemzinha de ônibus a Altamira e Marabá, povoados à beira da Transamazônica, rumando para a direção geral de Carajás.

Esta pessoa passou muito tempo examinando documentos em repartições do Incra onde, sem sua persistência, teriam ficado engavetados possivelmente por toda a eternidade. Conversou com residentes dos povoados e deu uma olhada geral na paisagem. Do que viu, tirou a conclusão de que há boas possibilidades para a agricultura e para a pecuária na região e, em particular, em termos de pecuária, que exige menos infra-estrutura, as coisas estão progredindo.

Entretanto, o que também está progredindo são os sistemas deficientes que indicam a falta de infra-estrutura, de fundos e de orientação técnica que predominou no desenvolvimento da Amazônia desde o início. Em outras palavras, onde quer que o homem tenha surgido em cena, os esforços gerais dirigiram-se para a agricultura a curto prazo, não a longo prazo. Desbastar a floresta de qualquer maneira possível, plantar sem considerar realmente as condições locais, quando o solo cessa de produzir, partir para outro local.

A razão disto é antiga e todos estamos habituados com ela. As pessoas que são deixadas por sua própria conta em uma nova região a ser desenvolvida dificilmente podem usar sistemas a longo prazo, mesmo que queiram ou que saibam fazê-lo. A atual tentativa de libertar-se de grande quantidade de indústria e comércio que não pode manter é um exemplo de participação do governo onde não é necessária. Mas a enorme negligência de todo o processo de desenvolvimento agrícola da Amazônia é um exemplo da ausência do governo onde seria necessária sua presença.

É preciso, de uma vez por todas, regular títulos de terra de forma que os que estão colonizando a área possam estar seguros de sua posse. É preciso determinar as terras que devem realmente ser consideradas florestas e reservas indígenas. E essas terras, depois, devem ser fiscalizadas e protegidas.

É preciso estabelecer leis básicas e práticas que finalmente protejam a flora e a fauna brasileiras e impeçam a devastação de solos de forma que a terra possa ser preservada e beneficiada para gerações futuras. Toda uma força de indivíduos dedicados é neces-

sária para que estas leis, uma vez estabelecidas, sejam postas em prática. E, para isso, deveria ter sido iniciado um programa educacional há cem anos. Como as coisas estão hoje, porém, as muito louvadas e em geral extremamente meritórias leis ecológicas relativas à Amazônia, que deveriam ter sido debatidas pelo Congresso há mais de um ano, foram engavetadas juntamente com quase tudo o mais que o Congresso poderia fazer de útil.

Entretanto, isto não detém a ação de projetos como Carajás e o inevitável fluxo de humanidade que deve ocorrer como resultado. Nos próximos anos, dezenas de milhares de pessoas transferir-se-ão para a região. Formar-se-ão cidades interiores e serão desbravadas terras a fim de abastecer as necessidades agrícolas das populações em rápido aumento. As cidades crescerão desordenadamente como agora, poluindo rios magníficos como o Xingu e o Tocantins e criando horríveis problemas de saúde para todos? A agricultura também se desenvolverá desordenadamente, criando cada vez mais hectares de ervas daninhas e babaçu?

Ou, finalmente, neste desenvolvimento o governo encontrará um meio de fornecer uma estrutura legal sensata e proteção para recursos naturais que possam ser aplicadas à região como um todo? E depois fornecerá técnicos que possam realizar trabalho prático nos campos? E as autoridades encontrarão, finalmente, um meio de aproveitar a tremenda energia e a imaginação de empresas privadas, para que a infra-estrutura adequada possa fornecer condições em que a tecnologia adequada possa funcionar? Esperamos que sim. Porque a penetração do Amazonas até agora é pequena. Mas projetos como Carajás tornam-na irreversível.